



FORMAÇÃO DOCENTE ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA NA EJA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMANCIPATÓRIAS E INTERSECCIONAIS

Elenilda Moreira de Sá Costa¹; Juliana da Costa Neres² Joice Gonçalves Ferreira Santos³, Mateus Souza Santos⁴

¹ Mestre em Educação e Contemporaneidade/UNEB, Gestora e Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, Membro do Grupo de Pesquisa FORMAPP, e-mail elemsa1@gmail.com

² Doutoranda pelo Programa de Crítica Cultural/UNEB, Coordenadora na Rede Estadual de Educação/ NTE 18. jullymaju@gmail.com

³ Gestora e Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino Salvador/Ba/Pedagoga UNEB/ E-mail joicegfs@yahoo.com.br

⁴ Graduando em Letras/UNEB/ALAGOINHAS/ mateeussantos12@gmail.com

EIXO TEMÁTICO 3: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é reconhecida como um espaço crucial de reparação de direitos historicamente negados. O cenário da EJA, majoritariamente composto por pessoas negras (VALENTIM e ASSIS, 2018), com predominância do gênero feminino (LIRA e BARBOSA, 2021), reflete as assimetrias históricas de uma sociedade patriarcal e racializada. Neste contexto, o trabalho intenta apresentar o relato de experiência de um percurso formativo realizado em 2024, que envolveu professoras, coordenadoras e gestoras de cinco escolas que ofertam a EJA da Gerência Regional de Educação (GRE) Pirajá. O foco central foi o alinhamento da formação docente a uma prática pedagógica antirracista e antissexista, essencial para garantir uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a equidade. Diante do cenário de invisibilidade e da composição racial e de gênero da EJA, emerge a questão central da pesquisa: Como a formação de professores, no contexto de uma educação antirracista e antissexista, pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas e emancipatórias, junto aos educandos e educandas da Educação de Jovens e Adultos/EJA? Para responder a esta questão, foi definido como objetivo geral: Investigar de que forma a formação de professores, na perspectiva antirracista e antissexista, favorece a construção de práticas pedagógicas críticas e emancipatórias na EJA, assim como, estimular práticas educativas interseccionais, reconhecendo como raça, gênero e outros marcadores sociais da desigualdade se entrelaçam nas vivências escolares. Buscou-se, a partir da interlocução com a equipe pedagógica, entender se as práticas desenvolvidas na EJA refletem sobre estruturas de poder, questões de gênero e empoderamento feminino. O referencial teórico se ancorou na legislação e em autores que defendem uma educação comprometida com a diversidade e a equidade: Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08: Fundamento legal para a valorização e incorporação da diversidade étnico-racial e de



gênero nos conteúdos curriculares, em Nilma Lino Gomes (2000) que defende a importância da formação docente comprometida com a superação das desigualdades raciais e com a valorização das trajetórias negras. Coaduna-se com a ideia de que a escola deve ser um espaço de reconhecimento e afirmação da identidade étnico-racial, especialmente para estudantes negras da EJA, combatendo o racismo estrutural. O debate sobre a prática pedagógica na EJA e a necessidade de uma educação antirracista e antissexista demanda uma nova concepção de formação e currículo. "O debate sobre a prática pedagógica na EJA e a necessidade de uma educação antirracista e antissexista demanda uma nova concepção de formação e currículo. Acompanhamos Roberto Sidnei de Macedo (2011, 2012), que propõe a compreensão do currículo como ato e da formação docente como formatividade, um processo inseparável da experiência de trabalho e da implicação do sujeito. O currículo, nessa perspectiva, é entendido como um analisador e revelador das culturas e das relações de poder que se estabelecem na escola. Tais pressupostos são reforçados pela perspectiva da docência curricular (MACEDO; SILVA; GUERRA, (2024), que coloca o professor como produtor ativo do currículo, transformando a prática em espaço intercultural sobre raça, gênero e desigualdade. Ao adotar uma metodologia baseada nas narrativas das educadoras, alinhamos nossa prática à etnopesquisa-formação, permitindo que a própria experiência docente (e de vida) das professoras se torne o cerne do currículo e da formação.", promovendo o debate intercultural sobre raça, gênero e desigualdade." Bell Hooks (1994) defende uma educação transgressora e amorosa que confronte o sexismo, o racismo e outras formas de opressão de forma integrada e em Paulo Freire 1970) com sua perspectiva crítica e libertadora compreende a educação como um ato político. Para ele, ensinar exige respeito aos saberes dos sujeitos historicamente marginalizados, indispensável para transformar a escola em um espaço de resistência e justiça. O diálogo com esses autores reforça a premissa de que uma formação docente comprometida com a equidade racial e de gênero é indispensável para transformar a escola em um espaço de resistência e justiça. O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, preocupada com o significado atribuído às experiências e buscando compreender a realidade a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Adota-se a modalidade de Relato de Experiência, com base na Observação Participante, considerando o lugar do(a) professor(a) como sujeito ativo da prática e da transformação social. Para além da abordagem tradicional, a pesquisa se fundamenta na perspectiva da Etnopesquisa-Formação (MACEDO, 2012), que reconhece a experiência vivida das participantes como o cerne da produção de conhecimento e da formação. Esta abordagem alinha-se à nossa premissa de que a experiência docente, as trajetórias de vida e os saberes das educadoras e estudantes (em sua maioria, mulheres negras trabalhadoras) são constitutivos do próprio currículo e da formação, conforme a ideia de formatividade defendida por Roberto Sidnei de Macedo (2011) O processo baseou-se nas experiências vividas pelas autoras pesquisadoras, educadoras e estudantes da EJA da GRE Pirajá. A proposta prática, desenvolvida na interlocução com a equipe pedagógica, consistiu em uma sequência de atividades sobre identidade e autorrepresentação, utilizando textos de autoras negras (como Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus) para fomentar a representatividade e o repertório crítico. O registro das ações foi sistemático, feito por meio de anotações em diário de campo, fotos, registros de falas dos participantes e reflexões pós-atividade. A análise seguiu uma abordagem interpretativa, dialogando constantemente com os referenciais teóricos que fundamentam a proposta de uma educação crítica, antirracista e antissexista, e considerando as interações, os saberes e as dinâmicas que emergiram das propostas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade, raça e gênero.



Desenvolvimento (Relato de Experiência) A proposta de percurso formativo docente culminou no planejamento e desenvolvimento de uma sequência de atividades na sala de aula da EJA com foco em identidade e autorrepresentação, abordando temas como autoestima, ancestralidade e os efeitos do racismo e do sexismo na vida cotidiana. As aulas foram planejadas de forma dialógica a partir de textos de autoras negras como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Makota Valdina, Ana Maria Gonçalves e Djamila Ribeiro. O uso dessas narrativas teve como objetivo trazer representatividade, promover a construção de identidade e oferecer repertório crítico às salas da EJA. Conforme Evaristo (2017), busca-se acolher as vozes ancestrais dessas mulheres em busca de uma educação que respeite suas histórias e potências. Durante esse processo, a escuta ativa e o reconhecimento das vivências dos educandos se mostraram essenciais. Surgiram relatos de exclusão, preconceito e resistência, que foram acolhidos com sensibilidade e utilizados como ponto de partida para reflexões críticas, fortalecendo os vínculos e humanizando o espaço educativo. A experiência, vivenciada no contexto da EJA da GRE Pirajá, teve como produto final o III Sarau Cultural da EJA da GRE Pirajá, com a provocação: “O que te move na EJA?” e a temática “Narrativas de Mulheres Pretas”. No decorrer do ano letivo, o projeto de valorização da diversidade étnico-racial foi operacionalizado em uma proposta de docência curricular, conforme a perspectiva de Macedo (2024), onde o currículo foi um ato produzido na relação com a experiência das educadoras e dos(as) estudantes da EJA. As escolas trabalharam continuamente com a temática, não como um conteúdo isolado, mas como um analisador das relações de poder na sala de aula. Para promover a formatividade (MACEDO, 2011), foram realizadas oficinas centradas na narrativa e na memória, intervenções de teatro e dança que exploraram a estética negra e leituras decoloniais de biografias negras. O clímax desse processo, característico da etnopesquisa-formação (MACEDO, 2012), foi um evento de culminância com a socialização das biografias estudadas, através de dança, músicas e peças teatrais, não foi apenas uma mostra pedagógica, mas um ritual de afirmação identitária. Outro destaque foi o lançamento de livros com autobiografias dos(as) estudantes, um ato que materializa o protagonismo negro e o poder da voz subalternizada (SPIVAK, 2010) a criar currículo. Este evento celebrou a riqueza cultural e confirmou a escola como um espaço de luta e reconhecimento, capaz de gerar a autorização de si nos sujeitos historicamente marginalizados. **Resultados e Conclusões:** As conclusões evidenciam que a formação docente crítica, antirracista e antissexista é um caminho indispensável para consolidar uma EJA verdadeiramente emancipadora. **Resultados Positivos:** A experiência revelou que práticas pedagógicas sensíveis às questões de raça e gênero podem gerar efeitos positivos na aprendizagem, na autoestima e no sentido de pertencimento dos educandos/as. Os estudantes demonstraram maior engajamento, confiança e protagonismo ao perceberem que suas histórias e identidades eram reconhecidas como parte legítima do processo educativo. **Desafios Identificados:** Resistência de alguns colegas professores à abordagem desses temas. Escassez de materiais didáticos com essa perspectiva. Pouco espaço institucional para discussões formativas sobre o tema. A pesquisa e o relato de experiência demonstram a urgência de uma educação que reconheça e valorize a interseccionalidade das opressões, promovendo uma EJA que seja, de fato, um espaço de justiça e resistência.

Palavras-chave: Formação de Professores antirracista. Currículo; Educação de Jovens e Adultos. Sexismo.



REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 29/10/2025.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 29/10/2025

EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural e formação de professores: um diálogo necessário. Belo Horizonte: Educação em Revista (UFMG), n.especial, p. 151-167, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LIRA, Daniela Almeida; BARBOSA, Maria Valéria. Feminismo negro, educação e interseccionalidade: as mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos/as. Revista Cocar, v. 15, n. 33, p. 1-17, 2021.

Macedo, R. S. (2011). Atos de currículo: formação em ato? Para compreender, entretecer e problematizar currículo e formação. Ilhéus: Editus.

Macedo, R. S. (2012). A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro.

Macedo, R. S.; Silva, H. G.; Guerra, D. M. J. (2024). Currículo e formação com professoras(es): políticas antidocência e a docência curricular em realce. Curitiba: CRV.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALENTIM, Silvani dos Santos; ASSIS, Neusa Pereira de. Juventude negra e Educação de Jovens e Adultos (EJA): reflexões na perspectiva da teoria da resiliência. Práxis Educacional, v. 14, n. 29, p. 66-87, 2018. <https://doi.org/10.22481/praxis.v14i29.4099>. Acesso em 28/07/25

